



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Semana traz dados de inflação e atividade no Brasil e nos EUA.

O principal destaque da agenda de indicadores domésticos da semana é a divulgação da inflação oficial de abril, que deve voltar a se aproximar do teto da meta. O IBGE divulga o resultado do IPCA na terça-feira (12), com expectativa de alta de 0,67% no mês, segundo o consenso da Bloomberg, pressionada sobretudo pelos preços dos combustíveis, alimentos e itens industriais intensivos em insumos da cadeia petroquímica. No acumulado em 12 meses, o índice deve acelerar de 4,14% para 4,40%, voltando a se aproximar do limite superior do intervalo de tolerância da meta (4,5%). Além do impacto direto dos efeitos do conflito sobre os preços, os agentes também estarão atentos a possíveis sinais de contaminação em métricas mais sensíveis à política monetária, como a inflação de serviços e a média dos núcleos.

A semana também traz a divulgação dos dados do varejo e do setor de serviços referentes a março, que devem reforçar a percepção de retomada da atividade no primeiro trimestre do ano. Os resultados serão conhecidos na quarta (13) e na sexta-feira (15), respectivamente. O consenso de mercado projeta ligeira alta de 0,1% para o varejo ampliado e queda de 0,2% para os serviços no mês. Apesar dos resultados modestos e próximos da estabilidade, ambos os indicadores devem registrar algum crescimento no trimestre, dado que mostraram crescimento em janeiro e fevereiro. De modo geral, os indicadores de atividade têm mostrado um início de ano mais positivo, o que deve se refletir em um bom crescimento do PIB no período, próximo a 1%.

No setor bancário, a semana traz a rodada final de divulgação dos resultados corporativos referentes ao primeiro trimestre de 2026. O BTG divulgou hoje cedo seu balanço, com lucro líquido de R\$ 4,8 bilhões, acima do esperado (R\$ 4,5 bi) e com crescimento na comparação trimestral (4,3%) e anual (42,3%). Na quarta-feira (13) é a vez do Banco do Brasil, que deve registrar lucro líquido de R\$ 3,5 bilhões no trimestre, com queda frente ao trimestre anterior (-39,7%) e ao 1T25 (-53,0%), ainda refletindo o aumento da inadimplência e dos pedidos de recuperação judicial no setor rural. Já na quinta-feira (14), o Nubank deve divulgar lucro líquido de R\$ 5,1 bilhões, com alta tanto na base trimestral (+5,0%) quanto na anual (+55,6%). No mesmo dia, o Banrisul também apresenta seus resultados, com expectativa de lucro de R\$ 246 milhões (+1,9% ante o 1T25).

No cenário internacional, as atenções também estarão voltadas para os dados de inflação nos EUA. Na terça-feira (12) será conhecido o índice de preços ao consumidor (CPI) de abril, que deve subir 0,6% no mês, um pouco abaixo do avanço registrado em março (+0,9%), mas ainda pressionado pelos preços dos combustíveis. No acumulado em 12 meses, o índice deve acelerar de 3,3% para 3,7%, maior patamar desde outubro de 2023 e quase o dobro da meta de 2%. Ainda no âmbito da inflação, no dia seguinte sai o resultado da inflação ao produtor (PPI), que também deve mostrar uma alta relevante no mês, estimada em 0,5%, acumulando um aumento de 4,8% em 12 meses (ante 4,0%).

Por fim, também serão conhecidos os números do varejo e da produção industrial dos EUA referentes ao mês de abril, que podem mostrar em mais detalhes os efeitos da guerra sobre a atividade do país. As divulgações ocorrerão na quinta (14) e sexta-feira (15), respectivamente; e contam com expectativas de crescimento de 0,5% e 0,3%, nessa ordem. Apesar de positivo, o dado do varejo merece cautela, posto que não exclui os efeitos da inflação e pode indicar um crescimento apenas de caráter nominal, sugerindo alguma perda de ímpeto do consumo, em função da queda da confiança dos consumidores.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
12/mai	IBGE: IPCA	Abr/26	0,67% m/m 4,40% a/a	0,88% m/m 4,14% a/a
13/mai	IBGE: Pesquisa mensal do Comércio (PMC)	Mar/26	0,1% m/m 6,0% a/a	1,0% m/m -2,2% a/a
15/mai	IBGE: Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)	Mar/26	-0,2% m/m 4,5% a/a	0,1% m/m 0,5% a/a

Fonte: Bloomberg.

Calendário de Divulgação e Estimativa de Lucro dos Bancos com Capital Aberto para o 1T26

Banco	Data	Estimativa de Lucro Líquido no 1T26 Em R\$ mi	Var. % Trimestral	Var. % Anual
BTG Pactual	11/mai	4.549,8	-1,0%	35,1%
Banco do Brasil	13/mai	3.464,3	-39,7%	-53,0%
Nubank	14/mai	5.072,5	5,0%	55,6%
Banrisul	14/mai	246,0	-62,6%	1,9%
XP	18/mai	1.356,9	1,9%	9,8%

Fonte: Áreas de RI dos bancos e Bloomberg

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
10/mai	China	Inflação ao Consumidor (CPI)	Abr/26	0,9% a/a	1,0% a/a
10/mai	China	Inflação ao Produtor (PPI)	Abr/26	1,8% a/a	0,5% a/a
11/mai	EUA	Vendas de casas existentes	Abr/26	2,0% m/m	-3,6% m/m
12/mai	EUA	Inflação ao Consumidor (CPI)	Abr/26	0,6% m/m 3,7% a/a	0,9% m/m 3,3% a/a
13/mai	Zona do Euro	Produção Industrial	Mar/26	0,2% m/m	0,4% m/m
13/mai	Zona do Euro	PIB	1ºtri/26 – 2ª leitura	0,1% t/t-1	0,2% t/t-1
13/mai	EUA	Inflação ao Produtor (PPI)	Abr/26	0,5% m/m 4,8% a/a	0,5% m/m 4,0% a/a
14/mai	EUA	Vendas do Varejo	Abr/26	0,5% m/m	1,7% m/m
15/mai	EUA	Produção Industrial	Abr/26	0,3% m/m	0,2% m/m

Fonte: Bloomberg.

ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

INDICADORES ECONÔMICOS

Copom indica que magnitude do ciclo de cortes dependerá da evolução do conflito no Irã

O Banco Central divulgou na última semana a Ata da reunião do Copom, que reduziu a taxa Selic em 0,25 pp, para 14,50% aa. No geral, o documento demonstrou maior preocupação com a trajetória recente da inflação, indicando que a magnitude do ciclo de “calibração monetária” dependerá, em boa medida, dos desdobramentos do conflito no Oriente Médio.

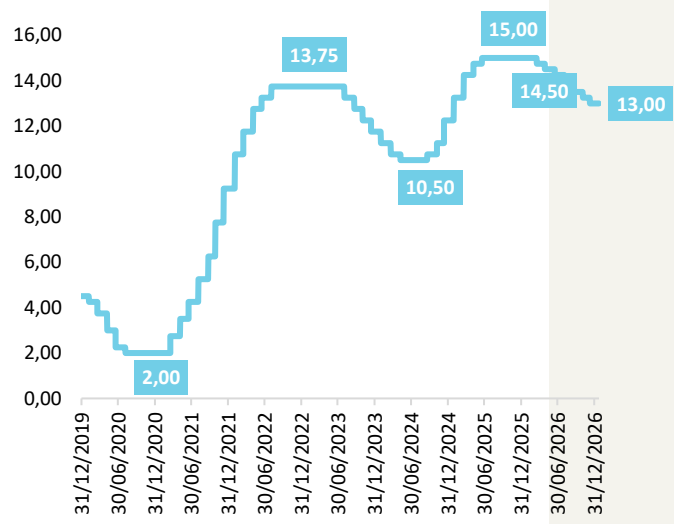
Na leitura do cenário, o documento apontou que a incerteza no cenário externo segue em níveis elevados, seja por causa do conflito no Oriente ou em função da política econômica dos EUA.

No ambiente doméstico, o Comitê voltou a demonstrar confiança no processo de desaceleração econômica, ao apontar que “os efeitos da política monetária restritiva por período prolongado sobre a demanda agregada, que já se faziam presentes na desaceleração dos componentes cíclicos do PIB no final de 2025, ainda se fazem sentir no início de 2026 por meio da desaceleração do saldo de crédito, em particular de créditos “livres.” Contudo, reconheceu que a atividade deve mostrar alguma retomada no primeiro trimestre de 2026.

O Copom também dedicou um parágrafo do documento para tratar sobre o mercado de trabalho, afirmando que “a taxa de desemprego tem, recorrentemente, se mantido em patamares historicamente baixos, enquanto os rendimentos reais médios têm mantido a tendência de elevação acima do crescimento da produtividade do trabalho,” fato que requer uma avaliação dos padrões de transmissão dos rendimentos para os preços dos diversos setores da economia.

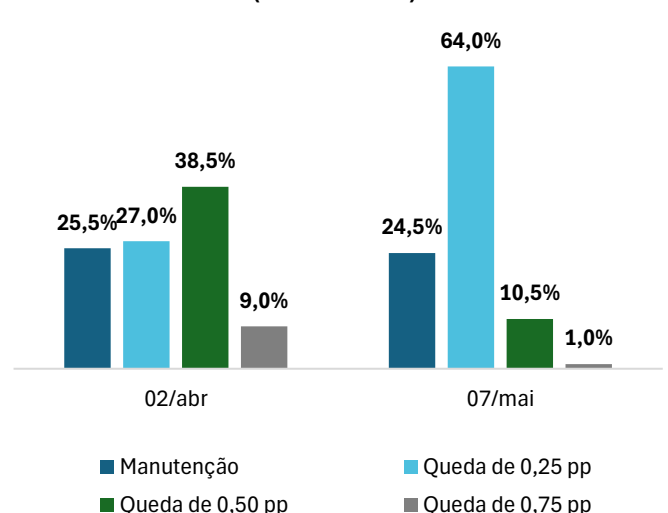
A Ata demonstrou maior preocupação com a inflação, ao apontar que as últimas divulgações mostraram sinais claros dos efeitos do conflito no Oriente Médio. Além disso, chamou a atenção o trecho que apontou que, além dos efeitos dos conflitos, a inflação segue pressionada pela demanda. Isso indica que fatores domésticos, como a resiliência do mercado trabalho, também têm sido relevantes para essa trajetória menos benigna. Adicionalmente, afirmou que “desde a reunião anterior ficou evidente uma desancoragem adicional das expectativas de inflação para horizontes mais longos, em particular para o ano de 2028.”

Quadro 1: Evolução da Taxa Selic e Expectativas (Focus) - % a.a.



Fonte: BCB e Focus/BCB

Quadro 2: Expectativa Selic – Reunião de Junho (dias 16 e 17)



Fonte: Opção de Copom / B3

Por fim, o documento concluiu que o impacto sobre a atividade do período prolongado de manutenção dos juros em elevado patamar cria condições para ajustes na taxa Selic. Contudo, “o Comitê estabeleceu que a magnitude e a duração do ciclo de calibração serão determinadas ao longo do tempo, à medida que novas informações forem incorporadas às suas análises.”

Portanto, a Ata demonstrou maior preocupação com a inflação, sugerindo que o Copom deverá manter um ritmo bastante gradual de cortes da Selic, possivelmente com nova redução de 0,25 pp em sua próxima reunião. Ademais, o documento sugere que a duração deste processo dependerá da evolução dos dados e do ambiente externo. Nesse contexto, eventual avanço nas negociações entre os EUA e o Irã representa um fator positivo, ao reduzir os riscos sobre a trajetória da inflação.

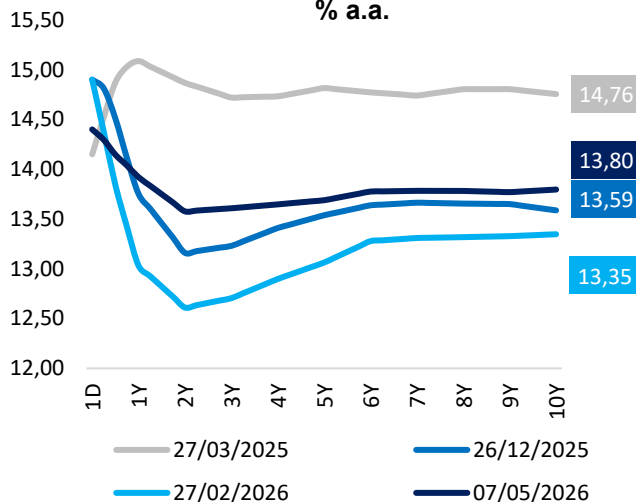
A indústria registrou crescimento de 1,4% no 1º trimestre em relação ao 4T25, sinalizando alguma recuperação do dinamismo após a desaceleração observada ao longo de 2025. Na margem, a leitura de março indicou alta de 0,1%, superando o consenso (-0,1%) e sugerindo relativa estabilidade em patamar ainda positivo. Com resultados mais fortes em janeiro e fevereiro, o setor apresentou o melhor desempenho trimestral desde 2024.

Apesar do ambiente caracterizado pelos juros ainda elevados, a indústria de transformação avançou 1,3% no trimestre, embora tenha permanecido praticamente estagnada (-0,2%) na comparação interanual, reforçando sua maior sensibilidade às condições financeiras mais restritivas. No mês, a indústria de transformação recuou 0,1% em março, interrompendo a sequência positiva dos dois meses anteriores. O baixo nível de difusão de crescimento, com apenas 9 de 24 ramos industriais em expansão, sugere certa dificuldade de sustentação do crescimento nos próximos trimestres.

O desempenho no trimestre foi puxado por alguns segmentos específicos, com destaque para a produção de derivados de petróleo (+7,3%), veículos automotores (+5,7%) e bebidas (+5,3%). Em sentido oposto, segmentos mais sensíveis ao ciclo doméstico seguiram pressionados, como vestuário (-6,1%) e máquinas e equipamentos (-5,8%), evidenciando um quadro ainda heterogêneo para a atividade industrial.

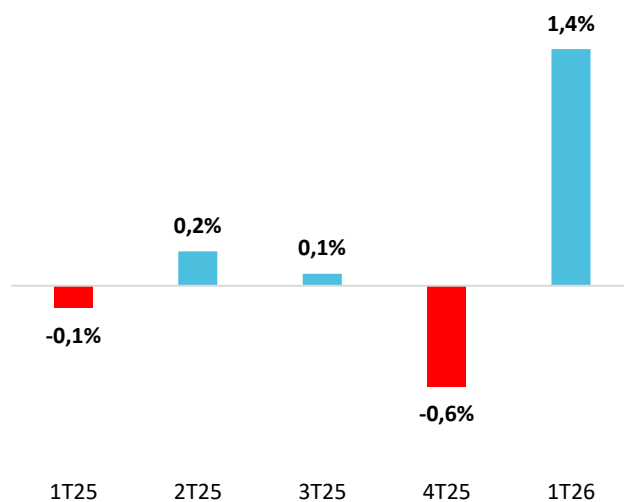
Por outro lado, a indústria extrativa manteve desempenho robusto, com crescimento de 2,1% no trimestre, acumulando expansão de 7,2% em 12 meses. O setor segue beneficiado pela dinâmica favorável dos preços internacionais de *commodities*, especialmente petróleo e minério de ferro, e pelo avanço da extração de petróleo (pré-sal).

Quadro 3: Curva de Juros Futuros % a.a.



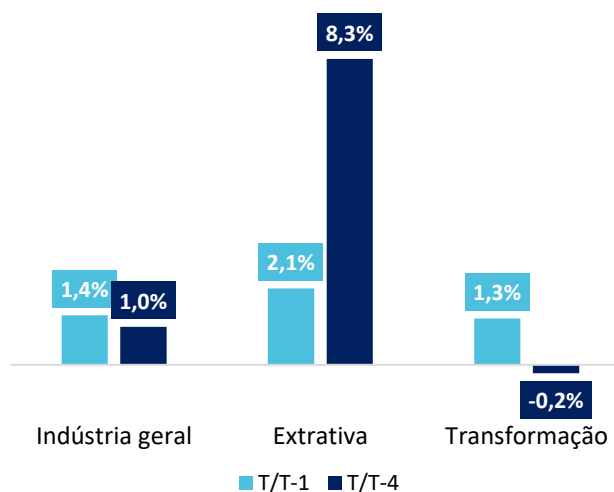
Fonte: Bloomberg

Quadro 4: Produção Industrial Var % Trimestral (Dessaz)



Fonte: IBGE

Quadro 5: Produção Industrial por Seção Var % Trimestral (Dessaz)



Fonte: IBGE

Na desagregação por categorias econômicas, os bens de capital continuam a representar o principal vetor de fraqueza, com retração de 1,1% na margem, marcando o quarto trimestre consecutivo de queda. Já os bens intermediários avançaram 1,8%, revertendo a contração observada no trimestre anterior. Por sua vez, os bens de consumo cresceram 1,7%, com destaque para os duráveis (+3,5%), que interromperam sequência de três trimestres de queda, em linha com a recuperação da produção de veículos. Os bens semi e não duráveis registraram alta de 1,5% no período.

Portanto, a indústria apresentou um bom desempenho no 1T26, liderada pelo segmento extrativo, mas também com resultado positivo da indústria de transformação, reforçando os sinais de uma expansão razoável do PIB no período. Embora se espere alguma perda de fôlego ao longo do ano, o resultado do primeiro trimestre gerou um *carry-over* de 1,3% para 2026, o que sugere um desempenho relativamente favorável do setor no ano, superior, inclusive, ao observado em 2025, quando a indústria avançou apenas 0,6%, segundo a PIM/IBGE.

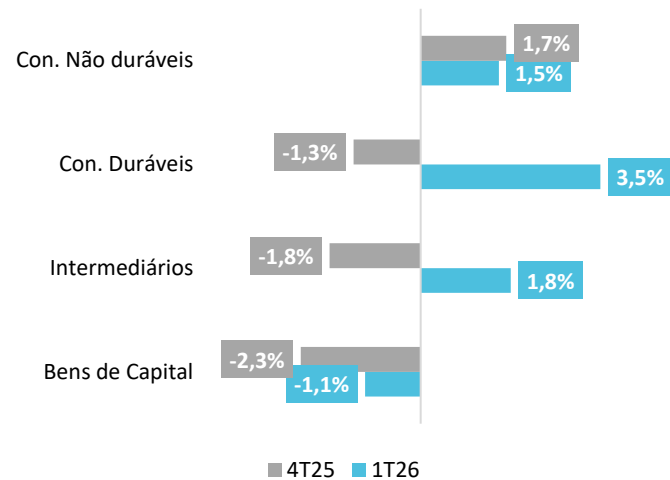
No setor externo, a balança comercial registrou superávit de US\$ 10,5 bilhões em abril, resultado bem acima do observado em abr/25 (US\$ 7,7 bi). Esse aumento refletiu a forte expansão (+14,3%) das exportações no período, que mais do que compensou o crescimento das importações (+6,2%).

As exportações totalizaram US\$ 34,1 bi em abril, com destaque para o avanço das vendas de carne bovina fresca (+29,4%), minério de ferro (+19,5%), soja (+18,8%) e óleos brutos de petróleo (+10,6%). No caso deste último, como esperado, em função do aumento dos preços no mercado internacional (+23,7%). A China segue ampliando sua relevância como destino das exportações brasileiras, com crescimento de 25,4% no ano, representando já 30,6% do total (ante 26,6% no período Jan-Abr/25). Em contraste, as vendas destinadas aos EUA e ao Mercosul caíram 16,7% e 12,8% respectivamente.

As importações, por sua vez, somaram US\$ 23,6 bi em abril, com continuidade do forte crescimento das compras de automóveis (+109,9%) e das importações de combustíveis (+37,3%), também influenciadas pelo efeito preço (+56,9%), ainda mais intenso do que o observado nas exportações de petróleo bruto.

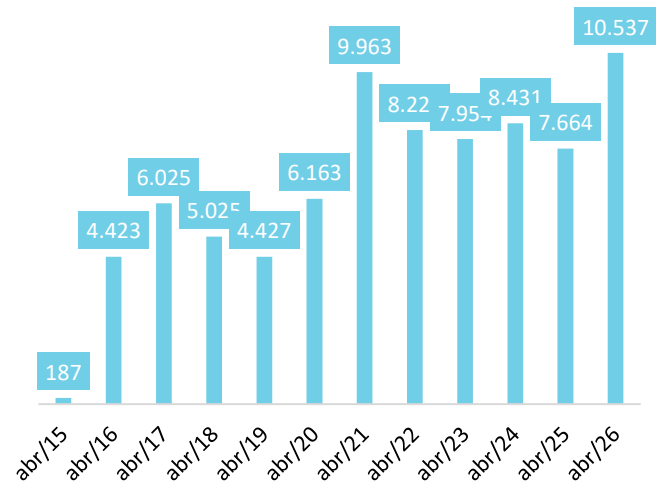
No acumulado do ano, o saldo comercial é de US\$ 24,8 bi, 43,6% superior ao registrado no mesmo período de 2025. As exportações crescem 9,2%, enquanto as importações avançam em ritmo mais contido (+2,6%). No acumulado em 12 meses, o saldo atingiu US\$ 75,5 bi.

Quadro 6: Produção de Bens Industriais Var % Trimestral (Dessaz)



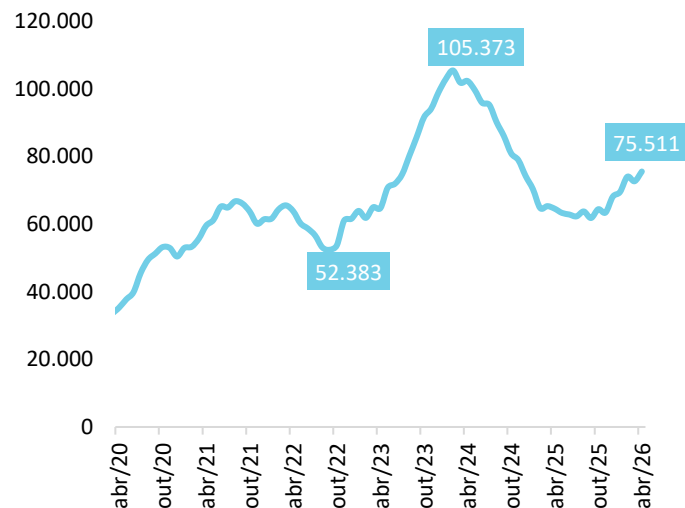
Fonte: IBGE

Quadro 7: Saldo Comercial - Meses de Abril Em US\$ mi



Fonte: Secex

Quadro 8: Saldo Comercial - Acum. 12 meses Em US\$ mi



Fonte: Secex

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

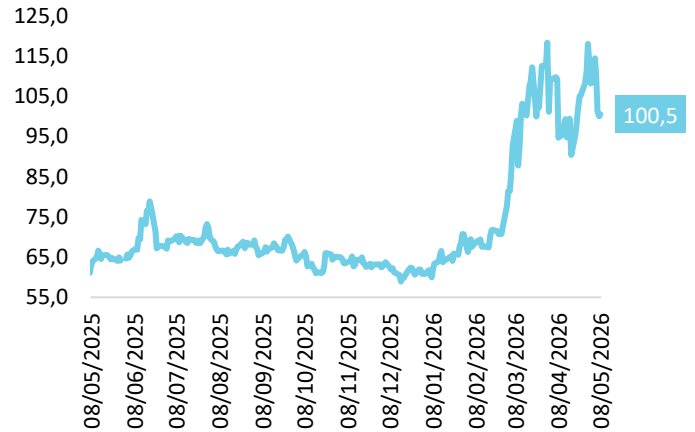
Conflito no Oriente Médio continua indefinido, com recusa dos EUA à resposta do Irã

A última semana foi marcada pela sinalização de que um acordo entre os EUA e o Irã estaria próximo, segundo declaração do próprio presidente Donald Trump. Essa indicação levou a uma expressiva queda do preço do barril de petróleo, que chegou a recuar para abaixo de US\$ 100, após ter superado o patamar de US\$ 120 na semana anterior. Contudo, na sexta-feira houve uma ruptura do cessar-fogo entre os países, depois de forças norte-americanas atingirem alvos militares iranianos, em resposta a disparos contra três destróieres no Estreito de Ormuz. Ainda assim, Trump afirmou que o cessar-fogo e as negociações seguem vigentes, o que limitou o movimento de alta do petróleo no fim da semana. Contudo, neste fim de semana, Trump rejeitou à resposta do Irã aos termos de paz, voltando a trazer instabilidade para a região.

Entre os indicadores econômicos, o *payroll* apontou a criação de 115 mil vagas de emprego em abril nos EUA, acima do consenso (65 mil). O resultado deu sequência à geração positiva observada também em março (185 mil), mantendo a taxa de desemprego estável em 4,3%. Adicionalmente, o salário médio avançou 0,2% no mês, abaixo da projeção do mercado (+0,3%). Esse conjunto de dados indica que o mercado de trabalho norte-americano segue saudável, sem sinais de deterioração iminente, ao mesmo tempo em que a desaceleração dos salários ajuda a aliviar parte das preocupações inflacionárias. Em síntese, o resultado reforça a expectativa de que o Fed deve manter os juros estáveis na próxima reunião. Já o índice PMI do setor de serviços subiu para 51,0 pts em abril (ante 49,8 pts), refletindo certa recuperação após o impacto inicial da guerra no Oriente Médio no mês anterior, que desencadeou riscos de abastecimento de energia. Ainda assim, a entrada de novos negócios caiu pela primeira vez em dois anos, com os participantes citando maior incerteza devido à guerra e preocupações com as tarifas comerciais.

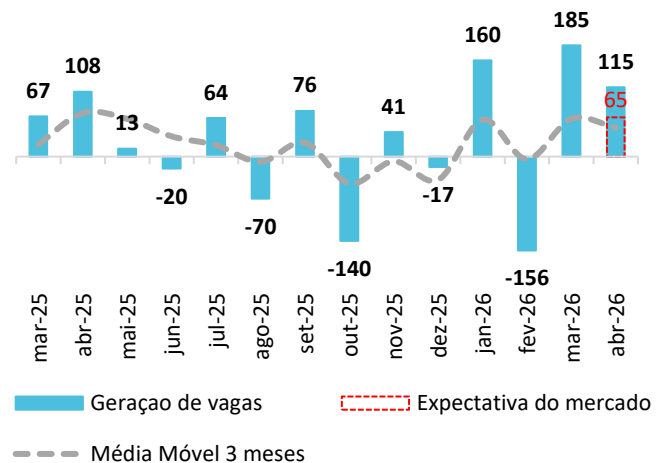
Na Zona do Euro, a inflação ao produtor (PPI) subiu 3,4% em mar/26, superando ligeiramente as expectativas (+3,3%). Esse aumento decorreu principalmente dos preços de energia, que saltaram 11,1% no período. Excluindo os itens de energia, o indicador subiu 0,5% em mar/26. No acumulado em 12 meses, o PPI da Zona do Euro saiu de uma deflação de 3,0% para uma alta de 2,1%, mostrando o forte impacto da alta dos preços de energia na região. Já o índice PMI do setor de serviços caiu de 50,2 pts para 47,6 pts em abril, devido ao enfraquecimento da demanda no continente, intensificação de custos de insumos e deterioração da confiança dos empresários.

Quadro 9: Preço do Petróleo (tipo Brent) Em US\$ por barril



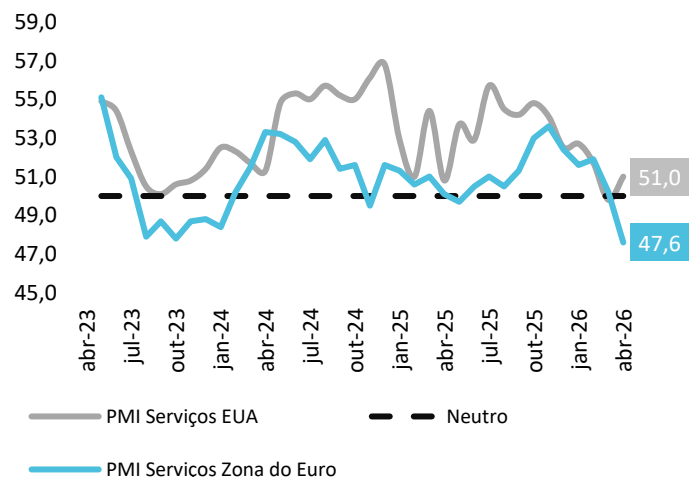
Fonte: Bloomberg.

Quadro 10: EUA – Geração de Vagas de Emprego Em milhares



Fonte: Bloomberg.

Quadro 11: EUA e Zona do Euro – PMI Serviços



Fonte: Bloomberg.

Programa de Renegociação de Dívidas – Novo Desenrola

O governo federal editou, na última terça (4/mai) a Medida Provisória nº 1.355/2026, posteriormente regulamentada pela Portaria MF nº 1.243/2026, que estabelece as diretrizes do Programa Novo Desenrola Brasil. A iniciativa tem como objetivo estimular a renegociação e a regularização de dívidas em atraso de pessoas físicas e empresas.

O programa está estruturado em cinco frentes: (i) pessoas físicas com renda de até cinco salários mínimos; (ii) pessoas físicas com dívidas vinculadas ao FIES; (iii) micro, pequenas e médias empresas; (iv) agricultores, instituído pelo Decreto 12.956/2026; e (v) mudança nas regras de crédito pessoal consignado para servidores federais e beneficiários do INSS. A vigência do programa teve início em 5 de maio de 2026 e prevê duração de 90 dias a partir dessa data.

A principal estratégia do programa consiste na criação de incentivos à renegociação por meio do uso de garantias do Fundo Garantidor de Operações (FGO). As instituições financeiras que aderirem ao programa poderão renegociar dívidas com cobertura de até 100% do valor do principal de cada nova operação, respeitado o limite de até 50% da carteira vinculada ao programa, o que implica cobertura parcial do risco de inadimplência no portfólio total. Para suportar eventuais execuções das garantias, o FGO poderá contar com aporte adicional de até R\$ 13 bilhões, podendo alcançar um total de até R\$ 15 bilhões. Desse montante, R\$ 5 bilhões serão provenientes da União, enquanto entre R\$ 5 bilhões e R\$ 8 bilhões deverão ser oriundos de valores não resgatados no Sistema de Valores a Receber (SVR).

O Desenrola Famílias será voltado às pessoas físicas com renda declarada no SCR/BCB de até cinco salários mínimos (R\$ 8.105) e que estão inadimplentes em dívidas nas modalidades de cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal sem garantia. As condições de renegociação abrangem dívidas contratadas até 31 de janeiro de 2026 e que estejam em atraso entre 90 dias e até 2 anos.

Em jan/26, as modalidades de cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal somavam uma carteira de R\$ 1,13 trilhão, com inadimplência de 9,7% (R\$ 109 bilhões). Para o grupo com renda de até 5 SM, elegível ao Desenrola, a carteira alcançava R\$ 545,9 bilhões, com inadimplência mais elevada, de 12,9% (R\$ 70,6 bilhões) (ver Quadro 12). Esse montante não corresponde necessariamente ao universo elegível ao programa, em função do critério de atraso de até 2 anos das dívidas, parte das quais já pode ter sido baixada dos balanços (ou seja, destinada a write-off), mas constitui a melhor aproximação disponível.

As renegociações preveem descontos mínimos progressivos, definidos conforme a modalidade de crédito e o tempo de atraso, apurado na data de 3 de maio. Para operações de cartão rotativo e cheque especial, os descontos variam entre 40% e 90%, enquanto, para crédito pessoal sem garantia, situam-se entre 30% e 80%. O saldo renegociado poderá ser liquidado mediante recursos próprios, utilização de saldo do FGTS e/ou contratação de novo financiamento. No caso do FGTS, o programa estabelece limite agregado de até R\$ 8,2 bilhões em saques. Em nível individual, o uso está restrito a até 20% do saldo líquido do fundo ou R\$ 1.000, o que for maior, para quitação das dívidas renegociadas.

As instituições financeiras possuem discricionariedade na renegociação das dívidas, devendo, contudo, observar os limites estabelecidos na Medida Provisória. Para operações de refinanciamento, a taxa de juros é limitada a 1,99% ao mês, com prazos entre 12 e 48 meses e parcela mínima de R\$ 50,00. O valor máximo de contratação é de R\$ 15 mil por cliente em cada instituição financeira com a qual o beneficiário possua dívidas elegíveis. O pagamento da primeira parcela deverá observar o prazo máximo de até 35 dias.

Quadro 12: Saldo de Inadimplência por Submodalidade de Crédito

Até 5 SM	R\$ (bi)	% Carteira
Cartão de Crédito	48,19	12,65
Cheque Especial	2,75	21,36
Crédito Pessoal	19,67	12,93
Total	70,62	12,94
Acima de 5 SM	R\$ (bi)	% Carteira
Cartão de Crédito	18,13	5,32
Cheque Especial	3,10	12,86
Crédito Pessoal	17,99	8,15
Total	39,22	6,70

Fonte: SCR/BCB, Febraban.

Quadro 13: Faixas de Desconto Mínimo para Renegociação de Dívidas

Faixa de atraso	Cartão rotativo / Cheque especial (%)	Cartão parcelado / Crédito pessoal (%)
91 a 120 dias	40	30
121 a 150 dias	45	35
151 a 180 dias	50	40
181 a 240 dias	55	45
241 a 300 dias	70	60
301 a 360 dias	85	75
361 a 720 dias	90	80

Fonte: Portaria MF nº 1.243/2026.

Programa de Renegociação de Dívidas - Desenrola

O programa também estabelece contrapartidas para famílias e instituições financeiras. Os beneficiários que aderirem à renegociação ficarão impedidos de realizar apostas em plataformas de jogos (“bets”) pelo período de 12 meses. Por sua vez, as instituições financeiras deverão retirar dos cadastros de inadimplência os consumidores que tiveram dívidas renegociadas e pagaram a primeira parcela e, também, todos os clientes com dívidas de valor original de até R\$ 100. Adicionalmente, deverão destinar 1% do valor garantido pelo Fundo Garantidor de Operações (FGO) a ações de educação financeira, a serem implementadas no prazo de até 12 meses.

O Quadro 14 apresenta uma simulação do impacto do programa sobre o saldo de crédito nas modalidades elegíveis, com base em diferentes cenários de adesão. O exercício considera inadimplência de 50% no crédito renegociado, em linha com a cobertura máxima do FGO, e desconto médio de 65% nas dívidas. Ressalte-se que os resultados devem ser interpretados como uma simulação condicionada a hipóteses específicas, não se configurando como uma estimativa do impacto efetivo do programa. Ainda assim, os resultados sugerem efeitos relevantes: com adesão de 30%, a dívida renegociada passaria de R\$ 21,2 bi para R\$ 7,4 bi, com queda geral do saldo inadimplente de cerca de 19,5%. Em um quadro hipotético de 100% de adesão, o saldo estimado atualmente elegível ao programa (que como mencionado anteriormente, pode estar subestimado), cairia de R\$ 70,6 bi para R\$ 24,7 bi. Nestes casos, considerando a inadimplência máxima a ser coberta pelo FGO, o consumo do Fundo iria de R\$ 3,7 bi (30% de adesão) até R\$ 12,4 bi (100% de adesão).

Quadro 14: Impactos do Desenrola 2.0

Adesão	Saldo Inicial (I)	Saldo Renegociado	Nova Dívida (65% de desconto)	Consumo do FGO (Inadimplência de 50%)	Saldo Não Renegociado	Saldo Final (II)	% Variação (II)/(I)
30%	70,62	21,18	7,41	3,71	49,43	56,85	-19,50
50%	70,62	35,31	12,36	6,18	35,31	47,67	-32,50
70%	70,62	49,43	17,30	8,65	21,18	38,49	-45,50
100%	70,62	70,62	24,72	12,36	0,00	24,72	-65,00

Fonte: SCR/BCB, Febraban.

O segundo grupo de dívidas elegíveis ao Desenrola refere-se às obrigações estudantis vinculadas ao FIES. A MP estabelece três modalidades de renegociação para débitos vencidos até 4/mai. Os estudantes com atrasos superiores a 90 dias poderão aderir à renegociação com desconto integral sobre encargos (juros e multas) e redução de até 12% do valor principal, seja para pagamento à vista ou com parcelamento em até 150 prestações mensais. Além disso, são previstos tratamentos mais favoráveis para dívidas em atraso superior a 360 dias. Para aqueles inscritos no CadÚnico, é permitido desconto de até 99% do valor consolidado da dívida mediante liquidação integral do saldo devedor. Para os demais devedores, o desconto pode atingir até 77% do valor total da dívida consolidada. O governo estima que aproximadamente 1 milhão de pessoas possam ser beneficiadas por essas medidas.

O terceiro grupo abrange as MPEs, no âmbito dos programas Procred e Pronampe. Entre as principais mudanças, destaca-se a ampliação do período de carência de 12 para 24 meses, extensão do prazo máximo de pagamento de 72 para 96 meses, ampliação da tolerância de atraso para novas concessões, que passou de 14 para 90 dias, e a mudança no limite de crédito para cada programa. No Procred (empresas com faturamento anual de até R\$ 360 mil), o limite de crédito foi elevado de 30% para 50% do faturamento anual, podendo atingir 60% no caso de empresas lideradas por mulheres. Já no Pronampe (empresas com faturamento de até R\$ 4,8 milhões), o teto de crédito foi ampliado de R\$ 250 mil para R\$ 500 mil.

O quarto grupo impactado é relacionado ao crédito rural, que expandiu o prazo para renegociações de dívidas do Desenrola Rural, que teve vigência em 2025. Agora, agricultores com inadimplência em créditos do Pronaf podem renegociar as dívidas até 20/dez seguindo as mesmas regras do programa anterior.

Por fim, o governo federal ajustou as regras do crédito consignado para servidores públicos e beneficiários do INSS. As mudanças incluem a ampliação dos prazos máximos de pagamento (para 108 meses no INSS e 120 meses no setor público), possibilidade de carência e redução da margem consignável de 45% para 40%, com queda gradual de 2 p.p. a cada ano até atingir 30%. Além disso, o limite específico para cartão consignado foi fixado em 5% da margem, com redução progressiva até sua extinção em 2029.

Resultado Corporativo 1º Tri/26 Itaú Unibanco

CRÉDITO / BANCOS

O Itaú Unibanco registrou lucro líquido gerencial de R\$ 12,3 bilhões no 1º trimestre de 2026, em linha com o esperado (R\$ 12,4 bi). O resultado corresponde a uma leve redução de 0,3% no trimestre e uma alta de 10,4% ante o 1T25. A rentabilidade patrimonial (ROE) anualizada do banco atingiu 24,8%, com avanço de 0,4 pp no trimestre e de 2,3 pp em 12 meses. Considerando apenas a operação do Brasil, o ROE do Itaú ficou em 26,4%.

Na comparação anual, a melhora do resultado decorreu do avanço da margem financeira (+4,0%), liderada pela margem com clientes (+4,5%), em função do crescimento da carteira de crédito, da maior margem com passivos e do melhor mix de produtos. Na mesma direção, a receita com seguros avançou 17,2%, refletindo o aumento dos prêmios ganhos e com a receita decorrente das comissões de serviços de terceiros. O crescimento foi parcialmente compensado pelo impacto negativo da distribuição antecipada de dividendos e o menor recebimento com operações estruturadas do atacado, com queda de 11,2% da margem com o mercado.

Já o custo do crédito avançou 4,5% ante o 1T25, pouco abaixo do avanço da carteira, mantendo a razão custo do crédito sobre a carteira total estável em 2,7%. As despesas operacionais, por sua vez, subiram 4,0%, puxadas pelos investimentos em tecnologia e o acordo coletivo salarial do setor. Com isso, o índice de eficiência da instituição ficou em 37,1% no trimestre, praticamente estável ante o 1T25 (37,0%); e, em 38,0% no acumulado em 12 meses, também estável nesta métrica.

A carteira de crédito ampliada do Itaú cresceu 7,2% em 12 meses, atingindo R\$ 1,483 tri. Excluindo o efeito cambial sobre a carteira da América Latina e de grandes empresas, a alta foi de 9,0%. A expansão foi puxada pela carteira de MPMEs (+10,9%), com forte crescimento das linhas decorrentes dos programas governamentais (+52,2%).

A carteira de grandes empresas avançou 6,9%, patamar similar ao do segmento de pessoas físicas (+6,8%). Neste caso, com crescimento das linhas de crédito imobiliário (+11,2%), consignado (+6,1%) e cartão (+8,2%). Por outro lado, a carteira de veículos recuou 3,2%, em função de uma relação risco retorno menos favorável, dado o elevado endividamento das famílias e os *spreads* apertados na linha, segundo a instituição.

A inadimplência total (acima de 90 dias) se manteve estável em 1,9%, com queda de 0,1 pp (para 1,1%) na América Latina e aumento de 0,1 pp (para 2,1%) no Brasil. O indicador também permaneceu praticamente estável em suas principais aberturas: 3,6% em PF; 0,1% em grandes empresas; e, alta de 0,1 pp em MPMEs, para 1,9%.

Por fim, o Itaú manteve seu *guidance* para 2026, que possui expectativa de crescimento da carteira de crédito no Brasil entre 6,5% e 10,5%.

Quadro 15: Resultado 1T26 – Itaú Unibanco

Itaú Unibanco - R\$ Mi	1T25	4T25	1T26	Var. %	
				Tri	Anual
ITENS PATRIMONIAIS					
Ativo Total	2.820.926	3.096.277	3.199.692	3,3%	13,4%
TVM	1.151.985	1.196.151	1.260.857	5,4%	9,5%
Depósitos	1.019.413	1.114.482	1.099.998	-1,3%	7,9%
Patrimônio Líquido	202.623	205.630	209.368	1,8%	3,3%
DRE					
Margem Financeira Gerencial	31.081	32.314	32.326	0,0%	4,0%
Margem com Clientes	30.158	31.717	31.506	-0,7%	4,5%
Margem com o Mercado	923	597	820	37,4%	-11,2%
Despesa de Perda Esperada	-9.494	-10.031	-10.241	2,1%	7,9%
Receitas de prestação de serviços	10.736	11.836	10.993	-7,1%	2,4%
Operações com Seg., Prev. e Cap.	2.588	3.034	3.034	0,0%	17,2%
Despesas não Decorrentes de Juros	-15.450	-17.045	-16.188	-5,0%	4,8%
IR/CSLL	-5.280	-5.055	-4.939	-2,3%	-6,5%
Lucro/Prejuízo do período ¹	11.128	12.317	12.282	-0,3%	10,4%
RENTABILIDADE E PRODUTIVIDADE²					
ROAE	22,5%	24,4%	24,8%	0,4 pp	2,3 pp
ROAA	1,5%	1,6%	1,6%	-0,1 pp	0,0 pp
Índice de eficiência	37,0%	38,3%	37,1%	-1,2 pp	0,0 pp
CRÉDITO					
Carteira de crédito ampliada ³	1.383.097	1.490.816	1.482.699	-0,5%	7,2%
PF	448.810	474.299	479.474	1,1%	6,8%
PJ	698.490	758.915	757.638	-0,2%	8,5%
Estoque de PDD p/ operações de crédito	-53.514	-51.495	-51.050	-0,9%	-4,6%
Despesa PDD/Carteira de crédito	0,7%	0,7%	0,7%	0,0 pp	0,0 pp
Saldo de PDD/Carteira de crédito	3,9%	3,5%	3,4%	0,0 pp	-0,4 pp
Taxa de inadimplência (> 90 dias) ⁴	1,9%	1,9%	1,9%	0,0 pp	0,0 pp
Índice de Basileia	15,7%	15,2%	14,8%	-0,4 pp	-0,9 pp
Provisão Estágio 3 / Carteira Estágio 3	56,1%	54,7%	53,6%	-1,2 pp	-2,6 pp

Fonte: Itaú RI. Elaboração: FEBRABAN. ¹Lucro Líquido Ajustado Gerencial ²Anualizado ³Inclui outras operações com risco de crédito (debêntures, CRI, *commercial papers*, etc.) e unidades da América Latina. ⁴Indicador com TVMs divulgados apenas a partir do 4T24.

Resultado Corporativo 1º Tri/26 Bradesco

CRÉDITO / BANCOS

O Bradesco registrou lucro líquido gerencial de R\$ 6,8 bilhões no 1º trimestre, o que corresponde a uma alta de 4,5% no trimestre e de 16,1% ante o mesmo período de 2025. O resultado veio acima do esperado (R\$ 6,6 bi) e elevou a rentabilidade (ROE) anualizada do banco para 15,8% (ante 14,4% no 1T25 e 15,2% no 4T25), maior patamar desde o início do processo de recuperação da instituição, após atingir a mínima de 3,9% no 4T22.

A alta do lucro na comparação anual (+16,1%) refletiu, especialmente, a expansão da margem financeira (+16,4%) e o resultado das operações de seguros (+20,4%). O aumento da margem financeira decorreu do aumento do volume médio das operações, margem com passivos e *spreads* com demais operações com clientes. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo mix de produtos, alinhado à estratégia da instituição de expansão em linhas de menor risco. Já em seguros, o crescimento foi sustentado pela queda na sinistralidade e performance positiva do resultado financeiro.

A despesa de PDD Expandida cresceu 26,5% em relação ao 1T25, refletindo casos pontuais no atacado e um maior custo no crédito massificado. Segundo a IF, parte desse aumento no massificado decorre de operações vinculadas a programas governamentais, que possuem prazo de honra elevado (180 dias para o Pronampe, por ex.), exigindo o provisionamento da inadimplência antes do acionamento da garantia junto ao fundo garantidor.

Já as despesas operacionais cresceram 7,8%, em função de investimentos em infraestrutura tecnológica e da expansão do volume de transação. Dado o avanço em menor proporção do que as receitas, o índice de eficiência melhorou de forma expressiva no trimestre, atingindo 46,9% (ante 49,7% no 1T25 e 50,1% no 4T25).

A carteira de crédito ampliada do banco subiu 8,4% ante o 1T25, atingindo R\$ 1,090 trilhão. A alta foi disseminada entre os segmentos, mas em maior intensidade no crédito destinado às famílias (+9,5%), com destaque para as linhas de veículos (+25,4%), crédito rural (+17,5%) e cartão de crédito (+10,6%). A carteira PJ, por sua vez, cresceu 7,6%, impulsionada pelas MPMEs (+14,4%), enquanto a carteira das grandes empresas teve um crescimento mais modesto, de 3,3%. Entre os produtos PJ, destaque para as linhas de Repasse do BNDES/Finame (+21,9%), crédito rural (+24,0%) e capital de giro (16,3%).

Em relação à qualidade do crédito, a taxa de inadimplência (acima de 90 dias) subiu 0,1 pp no trimestre, para 4,2% da carteira total. O ligeiro aumento do indicador foi impulsionado pela carteira de MPMEs (+0,2 pp, para 4,0%), especialmente nas operações com programas governamentais, que possuem dinâmica própria de recuperação da garantia. Em pessoas físicas, o indicador ficou estável em 5,4%, enquanto entre as grandes empresas, recuou 0,1 pp, para 0,2%.

Por fim, o Bradesco manteve o *guidance* de crescimento da carteira de crédito entre 8,5% e 10,5% para 2026.

Quadro 16: Resultado 1T26 – Bradesco

Banco Bradesco - R\$ Mi	1T25	4T25	1T26	Var. %	
				Tri	Anual
ITENS PATRIMONIAIS					
Ativo Total	2.114.665	2.382.602	2.476.352	3,9%	17,1%
TVM	877.944	1.007.199	979.121	-2,8%	11,5%
Depósitos	625.911	730.705	719.874	-1,5%	15,0%
Patrimônio Líquido	168.509	176.574	177.766	0,7%	5,5%
DRE¹					
Margem Financeira	17.233	19.245	20.051	4,2%	16,4%
Margem com Clientes	16.771	19.119	19.498	2,0%	16,3%
Margem com Mercado	462	126	553	338,9%	19,7%
Provisão p/ créditos de liquid. duvidosa	-7.642	-8.828	-9.667	9,5%	26,5%
Receitas de prestação de serviços	9.769	11.084	10.373	-6,4%	6,2%
Resultado das Operações de Seguros, Previdência e Capitalização	5.303	5.649	6.384	13,0%	20,4%
Despesas de pessoal	-6.705	-7.308	-7.019	-4,0%	4,7%
Despesas administrativas	-5.265	-6.517	-5.592	-14,2%	6,2%
IR/CSLL	-1.622	-1.422	-1.760	23,8%	8,5%
Lucro/Prejuízo do período ²	5.864	6.516	6.811	4,5%	16,1%
RENTABILIDADE E PRODUTIVIDADE¹					
ROAE	14,4%	15,2%	15,8%	0,6 pp	1,4 pp
ROAA	1,1%	1,1%	1,1%	0,0 pp	0,0 pp
Índice de eficiência	51,8%	50,0%	49,2%	-0,7 pp	-2,6 pp
CRÉDITO					
Carteira de crédito ampliada ³	1.005.122	1.089.230	1.089.896	0,1%	8,4%
PF	432.851	466.503	473.989	1,6%	9,5%
PJ	572.272	622.727	615.907	-1,1%	7,6%
Estoque de PDD p/ operações de crédito	57.787	57.977	58.156	0,3%	0,6%
Despesa PDD/Carteira de crédito	0,8%	0,8%	0,9%	0,1 pp	0,2 pp
Saldo de PDD/Carteira de crédito	5,7%	5,3%	5,3%	0,0 pp	-0,1 pp
Taxa de inadimplência (> 90 dias)	4,1%	4,1%	4,2%	0,0 pp	0,0 pp
Índice de Basileia	15,4%	15,8%	14,9%	-0,1 pp	0,0 pp
Provisão Expandida / Exposição > 90 dias	183,1%	166,0%	161,0%	0,0 pp	-0,1 pp

Fonte: Bradesco RI. Elaboração: FEBRABAN. ¹Anualizado ²Lucro Líquido Ajustado Gerencial ³ Inclui outras operações com risco de crédito: debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias, ativos relacionados a atividades de aquisição e avais e fianças.



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2026				2027			
	08/05/26	30/04/26	10/04/26	Viés	08/05/26	30/04/26	10/04/26	Viés
IPCA (%)	4,91	4,89	4,71	▲	4,00	4,00	3,91	↔
PIB (% de crescimento)	1,85	1,85	1,85	↔	1,76	1,75	1,80	▲
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	13,00	13,00	12,50	↔	11,25	11,00	10,50	▲
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,20	5,25	5,37	▼	5,30	5,30	5,40	↔

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	08/05/26	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	4,89	-1,34%	-5,63%	-10,70%	-13,67%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	125,27	4,48%	-10,37%	-9,55%	-30,04%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	14,38	-0,16%	-1,78%	-3,48%	-1,91%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	13,89	-0,97%	-0,62%	0,61%	-4,83%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	13,62	-0,39%	-1,62%	1,06%	0,70%
Índice Ibovespa (em pontos)	184.108,30	-1,71%	-1,79%	14,26%	35,14%
IFNC (setor financeiro)	18.924,84	-2,09%	-2,01%	9,42%	21,49%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	3,75	0,00%	0,00%	0,00%	-16,67%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	3,88	0,18%	2,41%	12,65%	0,28%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,35	-0,36%	0,87%	5,63%	-0,56%
Dollar Index	97,90	-0,26%	-2,06%	-0,34%	-2,72%
Índice S&P 500 (em pontos)	7.398,93	2,33%	13,33%	7,29%	30,63%
Índice de Ações - Maiores Bancos EUA	165,78	-1,91%	7,43%	0,14%	34,49%
Índice de Ações - Bancos Regionais EUA	135,45	0,28%	7,16%	8,14%	20,20%
Índice Euro Stoxx 50	5.911,53	0,51%	6,14%	1,99%	11,77%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	264,45	1,74%	10,70%	0,25%	36,81%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	101,29	-6,36%	-14,41%	63,58%	61,19%

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 João Vítor Siqueira
 Marcos Duarte
 Jéssica Silva Martins